



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua dos Libaneses, nº 1998, Carmo, Araraquara/SP, CEP 14801-425

Fone (16) 3336-1888, Ramais 210/211 - E-mail: araraqlfam@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: 12h30min às 19h00min

SENTENÇA e ALVARÁ

Processo nº: 1014374-63.2018.8.26.0037 - Nº de Ordem 2018/002634
 Classe - Assunto: Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor
 Requerentes: Vera Pereira Ferreira e outros
 Autor da herança: Aparecida Rosalina Nobile Pereira

Juiz de Direito: Dr. Ivan Rodrigues de Andrade

VISTOS.

Concedo os benefícios da AJG.

Cuida-se de pedido de expedição de alvará judicial para autorizar o resgate de resíduo previdenciário de beneficiário falecido, a cargo do INSS, conforme elementos contidos na petição inicial.

Não consta interesse de incapazes e pela natureza do crédito não há interesse fazendário, na forma da legislação estadual própria.

Não constam dependentes habilitados perante a Previdência Social, fls.15.

DECIDO.

O pedido é de pouca complexidade e pode ser conhecido e decidido de imediato, na forma postulada na exordial, preservados eventuais direitos de terceiros não conhecidos, máxime observados os princípios do art. 5º da LINDB cc o art. 8º do CPC.

ANTE O EXPOSTO,

defiro o pedido inicial.

Faço-o para, preservados eventuais direitos de terceiros, autorizar o espólio de Aparecida Rosalina Nobile Pereira, CPF 322.162.478-63, cujo óbito ocorreu em 26/07/2018, representado pela requerente Vera Pereira Ferreira, RG 5.305.356-4, CPF 066.313.768-31, a proceder, junto ao INSS ou agência bancária que vier a ser indicada, ao integral resgate dos resíduos do benefício previdenciário nº 300.049.824-0, desde que disponível para saque e desde que efetivamente de titularidade da pessoa falecida.

A considerar a consensualidade do pleito e a preclusão lógica do direito de recorrer (art. 1.000 do CPC), o trânsito em julgado desta decisão se opera de imediato e independentemente de renúncia expressa dos interessados e de certidão cartorária a respeito.

Se nomeada pela Defensoria Pública, ficam desde já arbitrados honorários à ilustre Advogada nos termos do convênio OAB/DP.

Esta sentença tem valor de alvará e será impressa pelo interessado diretamente na internet, no site www.tjsp.jus.br.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Publique-se.

Intimem-se.

SERVIRÁ ESTA SENTENÇA, POR CÓPIA, COMO ALVARÁ
PRAZO DE VALIDADE: 180 DIAS

Araraquara, 30 de novembro de 2018.